

LÍBANO

REPÚBLICA LIBANESA

Chefe de Estado:	Michel Suleiman
Chefe de Governo:	Saad Hariri (substituiu Fouad Siniora em Novembro)
Penal de morte:	retencionista
População:	4,2 milhões
Esperança média de vida:	71,9 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	31/21 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	89,6 por cento

O Tribunal Especial para o Líbano, criado para julgar os responsáveis pela morte do antigo primeiro-ministro Rafic Hariri, em 2005, e os ataques relacionados, iniciou o seu trabalho em Março, tendo ordenado a libertação de quatro generais detidos arbitrariamente no decurso das investigações. Os refugiados palestinos continuaram a ser alvo de discriminação, que impedia o seu acesso ao trabalho, à saúde, à educação e a uma habitação condigna. Outros refugiados estavam sujeitos a serem presos e deportados. Foram registados pequenos progressos no sentido de descobrir o que aconteceu a algumas das milhares de vítimas de desaparecimentos forçados durante a guerra civil de 1975-1990. Foram ainda registados alguns progressos na melhoria das condições dos trabalhadores domésticos migrantes, embora continuassem a estar sujeitos a exploração e abusos generalizados. No final do ano, pelo menos 41 pessoas continuavam no corredor da morte.

Antecedentes

A tensão política permaneceu elevada entre as eleições de Junho e a formação de um governo de unidade nacional em Novembro. Liderado por Saad Hariri, filho do antigo primeiro-ministro assassinado Rafic-Hariri, o novo governo foi formado após quatro meses de negociações entre a aliança 14 de Março, de Saad Hariri, e a coligação 8 de Março, que incluía o Hezbollah e outros partidos.

Vários civis morreram e outros ficaram feridos em explosões pontuais de violência política, na sua maior parte confrontos entre membros das comunidades muçulmanas alauíta e sunita de Tripoli, e nos bairros de Aisha Bakkar e Ain al-Rummaneh, em Beirute.

As relações entre o Líbano e a Síria continuaram a melhorar, com ambos os países a nomearem embaixadores.

Houve uma constante tensão com Israel. Vários rockets foram disparados do Sul do Líbano contra Israel em Janeiro, Setembro e Outubro, e as forças israelitas ripostaram. A força aérea israelita continuou a violar o espaço aéreo libanês.

Três civis foram mortos e 25 foram feridos, incluindo crianças, por restos de bombas de fragmentação e minas terrestres deixados pelas tropas israelitas em anos anteriores, segundo o centro oficial de acção contra as minas libanês. Em Maio, as autoridades israelitas entregaram à Força Interina da ONU no Líbano mapas e informações sobre os locais onde as suas forças usaram munições de fragmentação durante a guerra de 2006.

■ Em Março, Mohammed Abd al-'Aal, de 10 anos, perdeu a perna esquerda e a mão direita na explosão de uma bomba de fragmentação enquanto brincava junto à sua casa em Hilta, no Sul do Líbano.

Refugiados palestinos e outros

A maioria dos refugiados palestinos continuava a viver em 12 campos oficiais de refugiados, sobrelotados e com deficientes condições. Quase 422 000 refugiados palestinos registados enfrentavam leis e regulamentos discriminatórios, que lhes negavam o direito à herança e ao trabalho em cerca de 20 profissões, entre outros direitos básicos.

Pelo menos 3000 refugiados palestinos não tinham documentos de identificação oficiais – os quais são obrigatórios para provar a sua residência no Líbano, para registar nascimentos, casamentos e óbitos, e para outras finalidade essenciais –, porque chegaram ao Líbano quando a Organização de Libertação da Palestina foi expulsa da Jordânia em 1971. Em 2008, as autoridades tinham emitido documentos de identificação temporários válidos por um ano para cerca de 800 palestinos, com vista a legalizar a sua situação e permitir a sua livre circulação no país. Em 2009, contudo, a Directoria Geral de Segurança travou a emissão de novos documentos, deixando os refugiados palestinos com graves dificuldades para aceder aos seus direitos básicos.

Cerca de 21 650 refugiados palestinos que foram forçados a fugir do campo de refugiados de Nahr al-Bared, nos arredores de Tripoli, em 2007, durante uma batalha de 15 semanas entre o Exército libanês e elementos do grupo armado Fatah al-Islam, continuaram deslocados devido à devastação causada pelos combates e ao atraso na reconstrução. Apenas 4450 pessoas que viviam na área adjacente ao campo oficial puderam regressar.

O Líbano acolhia ainda refugiados do Iraque, da Somália, do Sudão e de outros países, os quais estavam constantemente em risco de serem detidos e deportados, independentemente de terem ou não sido formalmente registados como refugiados pelo ACNUR, a agência da ONU para os refugiados. Em 2008, a Directoria Geral de Segurança tinha aceitado informalmente conceder um período de graça de três meses aos refugiados, renovável uma vez, para que pudessem encontrar um empregador que os apoiasse e lhes concedesse uma autorização de residência, permitindo desta forma que regularizassem a sua situação. Esta política não teve continuidade em 2009.

Violência e discriminação contra as mulheres

As mulheres trabalhadoras domésticas migrantes continuaram a estar sujeitas a exploração e abusos físicos, sexuais e psicológicos no local de trabalho.

Em Janeiro, o Ministério do Trabalho introduziu um contrato de emprego padrão para os trabalhadores domésticos migrantes, a grande maioria dos quais são mulheres. O contrato incluía uma descrição das funções do trabalhador e delineava os direitos e deveres do empregado e do empregador, bem como o número máximo de horas de trabalho. Porém, não foi estabelecido qualquer mecanismo de monitorização para garantir que o contrato era cumprido pelo empregador, e as alterações introduzidas não pareciam suficientes para conceder uma protecção eficaz aos trabalhadores domésticos migrantes.

A Lei libanesa não permite às mulheres transmitir a sua nacionalidade aos maridos ou aos filhos, mesmo que tenham nascido no Líbano.

■ O Ministério Público e uma comissão legal do Ministério da Justiça contestaram, em Julho e Setembro, respectivamente, o veredicto de três juízes que em Junho decidiram que Samira Soueidan podia transmitir a sua nacionalidade a três dos seus filhos. Até ao final do ano, não tinha sido realizada qualquer audiência do caso. O pai das crianças, de nacionalidade egípcia, tinha morrido há 15 anos.

Tribunal Especial para o Líbano

O Tribunal Especial para o Líbano, sediado nos arredores de Haia, nos Países Baixos, iniciou o seu trabalho a 1 de Março. Uma das suas primeiras decisões foi pedir às autoridades libanesas para entregarem os processos dos quatro generais detidos sem acusação no Líbano desde Agosto de 2005, por alegado envolvimento no assassinato de Rafic Hariri. As autoridades libanesas acataram o pedido e os quatro generais – Jamil al-Sayyed, Mustapha

Hamdan, Ali al-Hajj e Raymond Azar – foram libertados sem serem acusados de qualquer crime por ordem do Tribunal Especial, a 29 de Abril. Em 2008, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária tinha considerado a detenção dos generais como arbitrária e injusta.

Antes, em Fevereiro, as autoridades libanesas tinham libertado sob fiança outros três detidos – Ahmad ‘Abd al-‘Aal, Mahmoud ‘Abd al-‘Aal e Ibrahim Jarjoura –, que estavam presos há três anos, aparentemente porque eram suspeitos de ter prestado falsas declarações ao organismo da ONU que investigou o assassinato de Rafic Hariri e os ataques relacionados.

Detenções arbitrárias

■ Yusef Cha’ban, um refugiado palestino condenado a 15 anos de prisão pelo assassinato de um diplomata jordano, foi libertado a 13 de Julho, depois de o presidente Michel Suleiman lhe ter concedido um perdão especial como reconhecimento dos erros grosseiros da justiça no seu caso. Yusef Cha’ban continuara na prisão mesmo depois de um tribunal jordano ter concluído, em 2002, que outras pessoas foram responsáveis pelo crime. Tinha sido condenado pelo Conselho de Justiça do Líbano, um tribunal cujos veredictos não são passíveis de recurso ou revogação. Em 2006, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária tinha concluído que Yusef Cha’aban tinha sido arbitrariamente detido.

Desaparecimentos forçados e sequestros

Milhares de casos de desaparecimentos forçados e sequestros ocorridos durante a guerra civil continuavam por resolver. Em Outubro e Novembro, porém, um tribunal emitiu decisões preliminares ordenando as autoridades a fornecer os resultados confidenciais das investigações da Comissão Oficial de Investigação ao Paradeiro das Pessoas Sequestradas e Desaparecidas em 2000 e relacionados com duas valas comuns em Beirut. No final do ano, as autoridades ainda só tinham fornecido um breve relatório médico sobre uma vala comum.

■ Em Novembro, exames de ADN confirmaram que os restos mortais encontrados na localidade de Aita al-Foukhar, no Leste do país, incluíam os de Alec Collett, um jornalista britânico que foi sequestrado, aparentemente por um grupo armado palestino, em 1985, e posteriormente assassinado.

Alegados colaboracionistas

Dezenas de homens e mulheres suspeitos de espiar para Israel foram detidos pelas autoridades ou a elas entregues depois de terem sido capturados e interrogados pelo Hezbollah. Pelo menos dois outros homens detidos em 2006 foram julgados por colaborar com Israel.

■ Em Agosto, Mahmoud Rafeh, antigo membro das Forças de Segurança Interna na reforma, começou a ser julgado por um tribunal militar de Beirute. Ele alegou ter sido torturado durante a prisão preventiva por membros dos serviços de informações militares e forçado a "confessar". O seu julgamento prosseguia no final do ano.[actualizar]

■ Joseph Sader, um funcionário da Middle East Airlines, foi sequestrado em Fevereiro e desde então mantido em isolamento por um grupo não-estatal, que suspeitava que ele tinha passado informações a Israel.

Pena de morte

Pelo menos 40 homens e uma mulher continuavam no corredor da morte no final do ano. As últimas execuções ocorreram em 2004.

Uma proposta de lei para abolir a pena de morte apresentada pelo Ministro da Justiça Ibrahim Najjar ao Conselho de Ministros em 2008 ainda não tinha sido aprovada no final de

2009. O ministro fez pressão para anular os artigos do Código Penal que permitiam aos tribunais impor a pena capital.

Relatórios da Amnistia Internacional

📄 O Tribunal Especial para o Líbano: Justiça Selectiva? (MDE 18/001/2009)

📄 Líbano: Uma Agenda dos Direitos Humanos para as Eleições (MDE 18/003/2009)